



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13362.000536/2004-08  
**Recurso nº** 140001 Voluntário  
**Acórdão nº** 2202-00.862 – 2<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 29 de novembro de 2010  
**Matéria** ITR  
**Recorrente** EXPLORAÇÃO MERCANTIL DA PECUÁRIA S/A  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

Exercício: 2000

Ementa:

A não apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA) emitido pelo IBAMA, ou órgão conveniado, não pode motivar o lançamento de ofício relativo a fatos geradores ocorridos até o exercício de 2000. (Súmula CARF Nº 41)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos dar provimento ao recurso.

(Assinado Digitalmente)

Nelson Mallman - Presidente.

(Assinado Digitalmente)

Pedro Anan Junior - Relator.

EDITADO EM: 04/02/2011

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Participaram do presente julgamento os Conselheiros Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, João Carlos Cassuli Junior, Antonio Lopo Martinez, Ewan Teles Aguiar, Pedro Anan Júnior e Nelson Mallmann. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Helenilson Cunha Pontes

Assinado digitalmente em 04/02/2011 por PEDRO ANAN JÚNIOR, 04/02/2011 por NELSON MALLMANN

Autenticado digitalmente em 04/02/2011 por PEDRO ANAN JUNIOR

Emitido em 08/02/2011 pelo Ministério da Fazenda

## Relatório

Contra o contribuinte EXPLORAÇÃO MERCANTIL DA PECUÁRIA S/A, foi lavrado o Auto de Infração de fls. 02/08, no qual é cobrado o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR, exercício 2000, relativo ao imóvel denominado "Fazenda Formosa - 01", localizado no município de Simões - PI, com área total de 5.997,7 ha, cadastrado na SRF sob o nº 1.949.434-3, no valor de R\$ 14.078,60 (catorze mil setenta e oito reais e sessenta centavos), acrescido de multa de lançamento de ofício e de juros de mora, calculados até 30/09/2004, perfazendo um crédito tributário total de R\$ 34.465,82 (trinta e quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos)

No procedimento de análise e verificação das informações declaradas na DITR/2000 e dos documentos coletados no curso da ação fiscal, conforme demonstrativo Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal fls. 05/06, a fiscalização apurou as seguintes infrações:

- a) exclusão, indevida, da tributação de 2.480,0 ha de área de utilização limitada.

A exclusão indevida, conforme Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal fls. 05/06, tem origem na falta de apresentação dos documentos que comprovem ser esta área não tributável pelo Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

O Auto de Infração foi postado nos correios tendo o contribuinte tomado ciência em 20/10/2004, conforme AR de fl. 18.

Não concordando com a exigência, o contribuinte apresentou, em 09/11/2004, a impugnação de fls. 21/40, alegando, em síntese:

*I - que "possui uma área global de 8.242 ha, sendo essa área da Formosa I, de 5.997/ia parte integrante da área global";*

*II - que "por exigência da própria SUDENE (que era órgão público) foi feita a AVERBAÇÃO, à margem do Registro Imobiliário";*

*III - que "Esqueceu-se, porém, o ilustre Auditor de atentar para a data em que foi feita a AVERBAÇÃO — 29/05/1971, há três décadas, portanto, antes do fato gerador do imposto, limitando-se ele a ressaltar apenas a data da certidão, 26/03/2001";*

*IV - que o auditor não considerou "a) — os 20% de reserva legal, exigidos pelo Ibama, em qualquer área do semi-árido a ser explorada; b) — o rebanho existente e a área de culturas e pastagens que amenizam, pela utilização da área, a alíquota do imposto a ser calculado";*

*V - que "a área da FORMOSA I está implantada em plena região do semi-árido nordestino, no sofrido e adusto sertão piauiense, ao sopé da*

*Serra do Araripe, possuindo, na verdade: 1 - 2.500/ha imprestáveis para qualquer atividade agropastoril, coberta,*

*porém, com sua flora primitiva, devidamente intocável; 2 - 1.200/ha de área só utilizável na invernada (quando há!) e com a mata primitiva preservada em toda a sua extensão";*

*VI - que "deveria receber, anualmente, um BÔNUS do Governo e não ser obrigada a pagar impostos arbitrários, com multas escorchantes e juros de agiotagem".*

A autoridade recorrida, ao examinar o pleito, decidiu, por unanimidade pela procedência do lançamento através do acórdão da 1ª Turma da DRJ/REC nº 11-19.237, de 22/06/2007, às fls. 42/49, cuja síntese da decisão segue abaixo:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

*Exercício: 2000*

**ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA. EXIGÊNCIA DO ADA. MATÉRIA NÃO CONTESTADA.**

*Considera-se definitiva, na esfera administrativa, a exigência relativa a matéria que não tenha sido expressamente contestada.*

**ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA/ÁREA DE RESERVA LEGAL. COMPROVAÇÃO.**

*A exclusão de áreas declaradas como de preservação permanente e de utilização limitada da área tributável do imóvel rural, para efeito de apuração do ITR, está condicionada ao reconhecimento delas pelo Ibama ou por órgão estadual competente, mediante Ato Declaratório Ambiental (ADA), no prazo de seis meses, contado da data da entrega da DITR.*

*A exclusão da área de reserva legal da tributação pelo ITR depende, ainda, de sua averbação à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, até a data da ocorrência do fato gerador.*

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Exercício: 2000*

**ISENÇÃO. INTERPRETAÇÃO LITERAL.**

*A legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção deve ser interpretada literalmente. Lançamento Procedente.*

Devidamente cientificado dessa decisão em 13/07/2007, ingressou o contribuinte com recurso voluntário em 13 de agosto de 2007, onde reitera os argumentos da impugnação.

É o relatório

**Voto**

Conselheiro Pedro Anan Junior Relator

O recurso apresenta os requisitos de admissibilidade portanto deve ser conhecido.

O presente lançamento se refere ao exercício de 2000, e trata-se de glossa de área de preservação permanente e reserva legal, tendo em vista o Recorrente não ter apresentado o Ato Declaratório Ambiental – ADA.

No caso da reserva legal podemos verificar que ela foi devidamente averbada no registro de imóveis, conforme podemos verificar no docs. de fls. 14, portanto a discussão se restringe ao fato de ter ou não ADA.

Por se tratar de lançamento referente ao exercício de 2000, cujo fundamento é a não apresentação de ADA para poder se excluir da base de cálculo do ITR a área de preservação permanente, devemos aplicar a Súmula nº 41, deste respeitável Conselho:

*“A não apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA) emitido pelo IBAMA, ou órgão conveniado, não pode motivar o lançamento de ofício relativo a fatos geradores ocorridos até o exercício de 2000. (Súmula CARF Nº 41)”*

Desta forma, tendo em vista a Súmula nº 41 do CARF, entendo que assiste razão a recorrente. Portanto conheço do recurso e no mérito dou provimento.

(Assinado Digitalmente)

Pedro Anan Junior - Relator



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
**SEGUNDA CÂMARA DA SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº:** 13362.00053/2004-08

**Recurso nº :** 140001

**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 81 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria Ministerial nº 256, de 22 de junho de 2009, intime-se o (a) Senhor (a) Procurador (a) Representante da Fazenda Nacional, credenciado junto à **Segunda Câmara da Segunda Seção**, a tomar ciência do **Acórdão nº 2202-00862**

Brasília/DF, 06 de dezembro de 2010.

(Assinado Digitalmente)  
NELSON MALLMANN  
Presidente da 2ª Turma Ordinária  
Segunda Câmara da Segunda Seção

Ciente, com a observação abaixo:

- (.....) Apenas com ciência  
(.....) Com Recurso Especial  
(.....) Com Embargos de Declaração

Data da ciência: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Procurador(a) da Fazenda Nacional